



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MJSP - POLÍCIA FEDERAL
UNIDADE DE TRANSPORTE - UTRAN/SELOG/DPF/FIG/PR

ESTUDO PRELIMINAR Nº 25000420/2022-UTRAN/SELOG/DPF/FIG/PR

Processo nº 08389.006660/2022-12

1. **OBJETO**

1.1. Contratação de pessoa jurídica especializada para prestação, de forma indireta e contínua, de serviços terceirizados de motorista, com dedicação exclusiva de mão-de-obra, para a Delegacia de Polícia Federal em Foz do Iguaçu/PR, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento.

2. **DOS NORMATIVOS APLICÁVEIS**

2.1. Na elaboração do presente estudo foram utilizadas as seguintes legislações:

- 2.1.1. Lei nº 8.666, de 21 de julho de 1993 (Institui normas para licitações e contratos da Administração Pública Federal);
- 2.1.2. Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002 (Institui modalidade de licitação denominada pregão, para aquisição de bens e serviços comuns);
- 2.1.3. Lei nº 9.632, de 07 de maio de 1998 (Dispõe sobre a extinção de cargos no âmbito da Administração Pública Federal);
- 2.1.4. Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006 (Institui o estatuto nacional da microempresa e empresa de pequeno porte);
- 2.1.5. Decreto nº 10.024, de 20 de setembro de 2019 (Regulamenta a licitação, na modalidade pregão, na forma eletrônica, para a aquisição de bens e a contratação de serviços comuns);
- 2.1.6. Decreto nº 9.507, de 21 de setembro de 2018 (Dispõe sobre a execução indireta, mediante contratação, de serviços da Administração Pública Federal);
- 2.1.7. Decreto nº 3.722, de 09 de janeiro de 2001 (Dispõe sobre o Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF);
- 2.1.8. Decreto nº 8.538, de 06 de outubro de 2015 (Regulamenta o tratamento favorecido, diferenciado e simplificado para as microempresas, empresas de pequeno porte no âmbito da Administração Pública Federal);
- 2.1.9. Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943 (Aprova a Consolidação das Leis do Trabalho) e Lei nº 605, de 5 de janeiro de 1949 (pagamento de salário em feriados);
- 2.1.10. Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 03, de 26 de abril de 2018 (Estabelece regras de funcionamento do Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF);
- 2.1.11. Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 01, de 19 de janeiro de 2010 (dispõe sobre critérios de sustentabilidade ambiental na aquisição de bens e contratação de serviços pela Administração Pública Federal);
- 2.1.12. Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 05, de 25 de maio de 2017 (dispõe sobre regras e diretrizes do procedimentos de contratação de serviços sob o regime de execução indireta no âmbito da Administração Pública Federal);
- 2.1.13. Instrução Normativa SEGES/SED/ME nº 73, de 5 de agosto de 2020 (dispõe sobre o procedimento administrativo para a realização de pesquisa de preços para a aquisição de bens e contratação de serviços em geral);
- 2.1.14. Portaria nº 443/2018-MPDG (Serviços que serão preferencialmente terceirizados);
- 2.1.15. [MOC 21/2019 - DLOG/PE](#) (Roteiro para planejamento de contratações).

3. **HISTÓRICO DA CONTRATAÇÃO**

3.1. Atualmente o serviço de motorista é prestado pela **FRAC LIMPEZA, ASSEIO E CONSERVAÇÃO PREDIAL EIRELI**, com início na data de 13/09/2021 e encerramento em 13/01/2023, firmado através do Contrato nº 27/2021-DPF/FIG/PR (20143249), no processo 08389.007551/2020-51, com os seguintes dados:

Item	Descrição	Quantidade Postos/ Quantidade de colaboradores	Horário/Período	Carga horária	Valor Mensal - R\$	Valor Total (prazo: 12 meses) - R\$
1	Serviços contínuos de motorista carreteiro (7 eixos ou mais), para atender às necessidades da Delegacia de Polícia Federal em Foz do Iguaçu/PR (DPF/FIG/PR). <u>Com Periculosidade</u>	01	Conforme necessidade da Administração, a ser estabelecido pontualmente pelo Fiscal do Contrato, respeitando-se os limites máximos previstos na legislação trabalhista e CCT da categoria.	44 horas semanais	R\$ 7.545,39	R\$ 90.544,70
	Diárias Eventuais (estimado 5 diárias/mês)	05	Conforme necessidade da Administração, a ser estabelecido pontualmente pelo Fiscal do Contrato, respeitando-se os limites máximos previstos na legislação trabalhista e CCT da categoria.	-	R\$ 762,86	R\$ 9.154,30
VALOR TOTAL					R\$ 8.308,25	R\$ 99.699,00

3.2. Posteriormente ocorreu a seguinte alteração no contrato:

3.2.1. 1º Termo Aditivo (24966770): Prorrogação da vigência do contrato pelo período de 04 (quatro) meses;

3.3. Quanto ao salário-base pactuado no contrato atual, são apresentados os seguintes valores:

Função	Salário-base
Motorista	R\$ 2.976,79

3.4. Através do Documento 24611206, a empresa contratada FRAC LIMPEZA, ASSEIO E CONSERVAÇÃO PREDIAL EIRELI formalizou seu **desinteresse na prorrogação** do Contrato nº 27/2021-DPF/FIG/PR.

4. REFERÊNCIA A INSTRUMENTOS DE PLANEJAMENTO DO ÓRGÃO

4.1. O objeto da contratação vai ao encontro das diretrizes traçadas no Plano Estratégico 2010/2022 da Polícia Federal, aprovado pela Portaria n.º 4453/2014-DG/PF, de 16 de maio de 2014, objetivando a implantação de uma cultura permanente de gestão estratégica no âmbito da Polícia Federal, em busca da eficiência e da efetividade das atividades e dos serviços prestados.

4.2. Dentre as ações estratégicas institucionais, otimizando o emprego dos bens e recursos materiais, seguem abaixo algumas das diretrizes traçadas no planejamento do órgão:

4.2.1. - 2.5.2. Ação Estratégica: Padronizar a Gestão de Compras e Contratações: Padronizar e otimizar as atividades de aquisição de bens e serviços, atuando na elaboração de processos de compras em todas as suas modalidades, objetivando a racionalização das aquisições com foco na economicidade. Assim como, acompanhar e controlar sistematicamente a execução dos contratos, agindo de forma proativa e preventiva para o pleno cumprimento das cláusulas previstas no instrumento contratual, bem como analisar e verificar a necessidade de ajustes, melhorias e renovações.

4.2.2. - 2.7.1. Ação Estratégica: Aprimorar o Ambiente de Controle Interno: Aprimorar, sistematizar e implementar mecanismos de controle interno adotados que contribuam para a consecução dos resultados planejados, considerando uma adequada segregação de funções, comunicação eficiente, procedimentos e instruções operacionais padronizados e formalizados, nos quais haja incentivo à participação dos servidores, cujos mecanismos gerais sejam percebidos por todos nos diversos níveis da estrutura organizacional.

4.2.3. - 2.7.2. Ação Estratégica: Implantar a Gestão de Riscos: Implantar e aplicar procedimentos e práticas de gestão para as atividades de identificar, de avaliar, monitorar e tratar riscos, bem como de comunicação com partes interessadas em assuntos relacionados à riscos.

4.3. Destaca-se que ainda não há publicada "proposta de metodologia de gestão de riscos de que trata o art. 21, inciso I" da PF, conforme é determinado o § 1º do Art. 25 da Portaria nº 7.413-DG/PF, de 8 de setembro de 2017. Diante disso, **declaramos que todos os riscos serão mitigados ao longo do presente Estudo**, providenciando-se eventuais medidas de contingência, se necessário.

4.4. Vale sublinhar que a presente contratação foi registrada no sistema de Planejamento e Gerenciamento de Contratações - PGC / PAC - para no ano de 2023, conforme DFD 595/2022:



Documento de Formalização da Demanda

Número do Documento de Formalização da Demanda: 595/2022

1. Informações Básicas

Área requisitante

SELOG

Descrição sucinta do objeto

Contratação de pessoa jurídica especializada para prestação de serviço terceirizado de motorista, com dedicação exclusiva de mão de obra, para a sede da Polícia Federal em Foz do Iguaçu/PR.

Justificativa da prioridade

A demanda no primeiro momento não foi cadastrada, pois se tratava de contrato que ainda poderia ser renovado por mais 4 anos. Ocorre que atual contratada não aceitou prorrogar e o atual contrato se encerra em 13/01/2023, logo se faz necessário a realização de nova licitação para não ocorrer a descontinuidade do serviço.

Data da conclusão da contratação
13/01/2023 00:00

UASG
200366

Editado por
MARCIO DE SOUZA DIAS

2. Justificativa de necessidade

A contratação de empresa especializada faz-se necessária considerando o rol de atividades desenvolvidas por esta Delegacia de Polícia Federal em Foz do Iguaçu/PR, que engloba o frequente deslocamento de veículos, inclusive caminhões e ônibus, deslocamento de servidores, transporte de materiais apreendidos e afins.

Assim sendo, a contratação de empresa especializada evidencia-se em vantajosidade para a Administração Pública, como também uma melhor e mais eficaz qualidade dos serviços, resultando ainda em economia e rapidez na sua execução.

O cargo relacionado aos serviços não são mais contemplados nas carreiras integrantes do quadro permanente de servidores da Polícia Federal, considerando, também, que tais atividades não constituem objeto da instituição, faz-se necessária a contratação de empresa especializada para realizá-los, consoante o Decreto nº 9.507/2018 e IN/SLTI-MP nº 05/2017, e alterações posteriores cabíveis.

3. Materiais/Serviços

3.1 Materiais

Nenhum material incluído.

3.2 Serviços

Nº do item Grupo	Descrição	Qtd	Val. unit. (R\$)	Val. total (R\$)
1	SERVIÇOS DE AGÊNCIAS DE EMPREGOS E FORNECIMENTO DE PESSOAL	12,00	9.556,82	114.681,84

5. NATUREZA DO SERVIÇO

5.1. O objeto a ser contratado é caracterizado como serviço comum, tratado pela Lei 10.520/2002, Decreto 10.024/19 haja vista padrões de desempenho, qualidade e características da prestação de serviço, como usuais do mercado e passíveis de descrições sucintas, podendo ser realizada licitação por meio de pregão.

5.2. Os serviços são de **caráter continuado** pois sua interrupção comprometerá a continuidade das atividades da instituição, podendo a contratação se estender por mais de 12 meses, conforme previsão do inciso II, artigo 57 da Lei 8.666/1993.

5.3. Também são serviços com **regime de dedicação exclusiva**, nos termos do art. 17, da IN 05/2017 - SEGES/MPDG, visto o modelo de contratação que preconiza:

I - os empregados da contratada fiquem à disposição nas dependências da contratante para a prestação dos serviços;

II - a contratada não compartilhe os recursos humanos e materiais disponíveis de uma contratação para execução simultânea de outros contratos; e

III - a contratada possibilite a fiscalização pela contratante quanto à distribuição, controle e supervisão dos recursos humanos alocados aos seus contratos.

Parágrafo único. Os serviços de que trata o caput poderão ser prestados fora das dependências do órgão ou entidade, desde que não seja nas dependências da contratada e presentes os requisitos dos incisos II e III.

5.4. Nos termos da Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 05, de 25 de maio de 2017, o objeto desta prestação de serviços não gera vínculo empregatício entre os empregados da CONTRATADA e a CONTRATANTE, vedada a relação que caracterize pessoalidade e subordinação direta.

5.5. Considerando as naturezas dos serviços do objeto deste ETP, temos as seguintes identificações:

Serviço	CBO	CATSER
Motorista	7825-10	15008

6. IDENTIFICAÇÃO DA NECESSIDADE DE CONTRATAÇÃO

6.1. O Contrato nº 27/2021-DPF/FIG/PR, deste mesmo Objeto, com início na data de 13/09/2021, encerrar-se-á em 13/01/2023, conforme manifestação da empresa prestadora do serviço através do Documento 24611206.

6.2. A fim de evitar a descontinuidade do contrato acima referido e o consequente prejuízo ao andamento dos trabalhos do Órgão, bem como os inevitáveis transtornos que tal interrupção indubitavelmente causaria a terceiros interessados, faz-se necessário a deflagração de novo processo licitatório.

6.3. A contratação de empresa especializada faz-se necessária considerando o rol de atividades desenvolvidas por esta Delegacia de Polícia Federal em Foz do Iguaçu/PR, que engloba o frequente deslocamento de veículos, inclusive caminhões e ônibus, deslocamento de servidores, transporte de materiais apreendidos e afins.

6.4. Assim sendo, a contratação de empresa especializada evidencia-se em vantajosidade para a Administração Pública, como também uma melhor e mais eficaz qualidade dos serviços, resultando ainda em economia e rapidez na sua execução.

6.5. O cargo relacionado aos serviços não é contemplado nas carreiras integrantes do quadro permanente de servidores da Polícia Federal, considerando, também, que tais atividades não constituem objeto da instituição, faz-se necessária a contratação de empresa especializada para realizá-los, consoante o Decreto nº 9.507/2018 e IN/SLTI-MP nº 05/2017, e alterações posteriores cabíveis. O citado Decreto nº 9.507/2018, que dispõe sobre a contratação de serviços pela Administração Pública Federal Direta, Autárquica e Fundacional, prevê:

"Art. 3º Não serão objeto de execução indireta na administração pública federal direta, autárquica e fundacional, os serviços:

I - que envolvam a tomada de decisão ou posicionamento institucional nas áreas de planejamento, coordenação, supervisão e controle;

II - que sejam considerados estratégicos para o órgão ou a entidade, cuja terceirização possa colocar em risco o controle de processos e de conhecimentos e tecnologias;

III - que estejam relacionados ao poder de polícia, de regulação, de outorga de serviços públicos e de aplicação de sanção; e

IV - que sejam inerentes às categorias funcionais abrangidas pelo plano de cargos do órgão ou da entidade, exceto disposição legal em contrário ou quando se tratar de cargo extinto, total ou parcialmente, no âmbito do quadro geral de pessoal."

6.6. Atendendo aos princípios da eficiência e da razoabilidade da Administração Pública e visando uma maior efetividade dos serviços, defende-se a contratação de uma empresa prestadora de serviços de motorista carreteiro (acima de 7 eixos) para as atividades finalísticas da Delegacia de Polícia Federal em Foz do Iguaçu/PR.

6.7. Os serviços possuem caráter de natureza contínua, considerados auxiliares e imprescindíveis para subsidiar o pleno desempenho das atribuições típicas que caso sejam interrompidos, comprometerão a celeridade e a continuidade da atividade policial fim, haja vista a necessidade de deslocamento de servidores para tal mister.

6.8. Inicialmente, conforme as motivações apontadas no Documento de Formalização de Demanda 24959708, o profissional a ser contratado seria o seguinte:

6.8.1. **MOTORISTA (CBO 7825-10).**

6.9. Todavia, registre-se que o objeto da contratação pretendida se enquadra em Profissão Regulamentada. Logo, verificou-se junto à Classificação Brasileira de Ocupação - CBO, que trata do reconhecimento da existência de ocupações no mercado de trabalho brasileiro (www.ocupacoes.com.br), a descrição sumária das atividades de motorista, abaixo transcritas, conforme decomposição da Tabela Completa do CBO:

7 - TRABALHADORES DA PRODUÇÃO DE BENS E SERVIÇOS INDUSTRIAIS**78 - TRABALHADORES DE FUNÇÕES TRANSVERSAIS****782 - CONDUTORES DE VEÍCULOS E OPERADORES DE EQUIPAMENTOS DE ELEVAÇÃO E DE MOVIMENTAÇÃO DE CARGAS****7825 - MOTORISTAS DE VEÍCULOS DE CARGAS EM GERAL****7825-10 - Motorista de caminhão (rotas regionais e internacionais)**

Descrição Sumária: Transportam, coletam e entregam cargas em geral; guincham, destombam e removem veículos avariados e prestam socorro mecânico. Movimentam cargas volumosas e pesadas, podem, também, operar equipamentos, realizar inspeções e reparos em veículos, vistoriar cargas, além de verificar documentação de veículos e de cargas. Definem rotas e asseguram a regularidade do transporte. As atividades são desenvolvidas em conformidade com normas e procedimentos técnicos e de segurança.

7. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

7.1. Atendendo às necessidades da Delegacia de Polícia Federal em Foz do Iguaçu, para a execução dos serviços licitados, serão exigidos da futura contratada níveis de profissionalização com requisitos de qualificação e experiência mínimos para exercer as funções, conforme segue:

7.1.1. Requisito CBO 7825-10 - Motorista de caminhão: Ensino médio completo, carteira de habilitação Categoria E, e experiência mínima de 01 ano em funções similares àquelas que serão desenvolvidas.

7.2. **Atividades a serem desenvolvidas:**

7.2.1. **DIRIGIR VEÍCULOS**

Checar indicações dos instrumentos do painel; Ajustar bancos e retrovisores; Detectar problemas mecânicos; Identificar sinais sonoros, luminosos e visuais; Buscar local seguro em caso de perigo; Conduzir veículo com problemas mecânicos com autorização superior; Desviar de buracos; Evitar paradas bruscas; Reduzir velocidade em caso de chuva ou neblina; Isolar veículo em caso de emergência ou situações anormais; Destravar portas do veículo apenas em local seguro; Verificar proximidade da escolta.

7.2.2. **TRANSPORTAR PESSOAS ou CARGAS**

Cumprir ordem de serviço; Devolver objetos esquecidos no interior do veículo; Calcular distância do local de destino; Aplicar procedimentos de primeiros socorros; Auxiliar servidores e pessoas no embarque e desembarque; Liberar embarque e desembarque em local seguro e permitido; Alterar itinerário em caso de situações de risco ou emergência; Elaborar itinerários; Calcular tempo de chegada ao destino; Consultar guias e mapas; Colocar objetos dos passageiros no compartimento de bagagem; Acondicionar carga no veículo; Controlar numeração do lacre do material transportado (de valor); Verificar condições físicas da carga; Acomodar ocupantes no veículo; Embarcar produtos embalados; Manusear cargas; Retirar objetos dos passageiros do compartimento de bagagem; Conferir quantidades dos bens a serem transportados; Selecionar o veículo de acordo com capacidade licenciada.

7.2.3. **REALIZAR VERIFICAÇÕES E MANUTENÇÕES BÁSICAS DO VEÍCULO**

Identificar avarias no veículo; Verificar nível do combustível; Abastecer veículo; Limpar parte interna e externa do veículo; Verificar estado dos pneus; Testar sistema elétrico; Esterilizar veículos; Verificar nível do líquido de arrefecimento do reservatório; Testar sistema de freios; Conferir equipamentos obrigatórios do veículo; Trocar óleos; Acompanhar prazos ou quilometragem para revisões periódicas; Providenciar revisões periódicas; Trocar pneus; Climatizar veículo; Executar pequenos reparos mecânicos de emergência; Verificar suspensão do veículo.

7.2.4. **MANOBRAR VEÍCULOS**

Localizar vaga para estacionamento; Identificar obstáculos ao redor do veículo; Controlar velocidade de manobra; Estacionar veículo; Localizar veículo no pátio de estacionamento; Sinalizar local em caso de estacionamento emergencial.

7.2.5. **USAR EQUIPAMENTOS E DISPOSITIVOS ESPECIAIS**

Colocar disco no tacógrafo; Verificar funcionamento de equipamentos de sinalização sonora e luminosa; Utilizar equipamentos de proteção individual (EPI); Identificar veículos com carga perigosa; Verificar equipamentos de comunicação; Utilizar software de navegação (definição de itinerário via GPS). F. COMUNICAR-SE Preencher relatórios de controle; Utilizar telefones ou rádios; Afixar no veículo autorizações legais para exercício da função; Relatar ocorrências durante a realização do trabalho; Notificar autoridades em casos de emergências e situações especiais; Informar aos responsáveis sobre problemas mecânicos no veículo; Solicitar socorro mecânico; Relatar problemas mecânicos do veículo; Portar identificação individual ou funcional em local visível; Relatar atrasos; Transmitir informações através de gestos; Acionar sinais luminosos e sonoros; Avisar extravios, furtos ou avarias de carga; Acionar dispositivos de segurança em caso de assalto (luminosos, sonoros); Prestar informações gerais aos servidores;

7.3. Quanto os requisitos para contratação da empresa, temos:

7.3.1. Cadastro no SICAF (Art. 1, §2, da IN 3/2018-MPDG);

7.3.2. Empresa com experiência comprovada, através de atestados de capacidade técnico, que tenha executado prestação dos serviços em características, quantidades e prazos compatíveis com o objeto desta licitação, **por período não inferior a três anos**. (vide Item 10.6, "c2" do ANEXO VII-A da IN 5/2017-MPDG);

7.3.3. As características exigidas serão de "capacidade de gerenciamento de empregados terceirizados", na CBO deste Termo;

7.3.4. A quantidade compatível deverá estar em acordo com o entendimento firmado no Acórdão TCU nº 2.387/2014 – Plenário;

7.3.5. Dispor de efetivo dentro dos padrões desejados, para atender eventuais acréscimos, bem como eventuais substituições solicitadas pela administração;

7.3.6. Possuir recursos humanos capaz de substituir o posto em caso de eventual falta ou demissão;

7.3.7. Capital Circulante Líquido (CCL) ou Capital de Giro (Ativo Circulante – Passivo Circulante) de, no mínimo, 16,66% (dezesseis inteiros e sessenta e seis centésimos por cento) do valor estimado para a contratação; e

7.3.8. Comprovação de patrimônio líquido de 10% (dez por cento) do valor estimado da contratação, por meio da apresentação do balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social.

8. **TURNOS, JORNADAS E HORÁRIO DE TRABALHO**

8.1. Os serviços serão executados em local determinado pela Administração no regime de 44 (quarenta e quatro) horas semanais, de acordo com o estabelecido pela legislação vigente em consonância ao [Art. 7º da CF](#), vejamos:

XIII - duração do trabalho normal não superior a oito horas diárias e quarenta e quatro semanais, facultada a compensação de horários e a redução da jornada, mediante acordo ou convenção coletiva de trabalho;

8.2. Conforme determina a própria lei maior, não pode ser excedida a **duração do trabalho normal**, mas permitida a sua compensação que consequentemente impende a variação desses horários, ora maior e ora menor. Nesse condão, não se pode confundir esse limite legal (44 horas semanais ou 8 diárias), para fins de registro na CTPS da **duração normal com o controle de jornada** que poderá ser extrapolado seja em razão de horas extras, seja de compensação por banco de horas, desde que guarde amparo em Convenção Coletiva ou acordo de trabalho.

8.3. O horário comercial de funcionamento da Delegacia de Polícia Federal em Foz do Iguaçu/PR é das 08:00 às 12:00 horas e das 14:00 às 18:00 horas, de segunda à sexta-feira, porém alguns serviços possuem horário estendido e sem intervalo para almoço, das 07:00 às 19:00 horas, e ainda há setores nos quais o fluxo de pessoas é diário e ininterrupto, como plantão e custódia, por exemplo.

8.4. Os horários de início e fim do expediente serão estabelecidos pelo gestor do setor responsável no qual o funcionário será alocado.

8.5. Sendo assim, a jornada de trabalho deverá estar contemplada no intervalo de 07h00 as 21h00, sendo que a contratada deve ter disponibilidade para prestar serviços eventuais:

8.5.1. após a jornada normal de trabalho;

8.5.2. em horário noturno;

8.5.3. em viagens; e

8.5.4. em feriados e finais de semana.

8.6. Sempre que possível, os serviços serão realizados durante o horário normal de expediente. A Administração, com a autorização prévia da FISCALIZAÇÃO, poderá **alterar o horário** conforme conveniência, inclusive nos sábados, domingos e feriados, respeitada a carga horária semanal do profissional.

8.7. Na hipótese de ser necessária a execução de serviços aos finais de semana, será adotada compensação de horas, de forma a respeitar a carga horária definida de 44 horas semanais. Outrossim, também não há óbice da permissão de compensação de horários por necessidade particular do colaborador, desde que seja em casos excepcionais e com a anuência do gestor do setor no qual o terceirizado presta serviço.

8.8. A COMPENSAÇÃO DE HORAS será preferível, sempre que possível, em relação ao horário excedente na carga horária do funcionário, respeitando a legislação vigente sobre a matéria, em especial a Súmula 85 do TST.

8.9. Para o controle da jornada de trabalho, os responsáveis da CONTRATADA deverão conferir os relatórios de frequência de seus empregados diariamente, fazendo a devida comunicação ao gestor do contrato sempre que verificar ocorrências de horas excedidas, objetivando a solicitação das justificativas dos setores responsáveis e acerto das horas extrapoladas na forma de compensação.

8.10. O excesso de jornada realizado em um dia deverá ser compensado pela redução em outro dia ou na redução das jornadas, nos termos das normas vigentes e sob a conveniência do CONTRATANTE.

8.11. A compensação de horas deverá ser, preferencialmente, compensada no mesmo mês, e no máximo nos dois meses subsequentes ao ocorrido.

8.12. Diante do histórico desta Delegacia, foi constatada a necessidade de estimar horas extras ao motorista, diante de trajetos realizados em horários noturnos (deslocamento de pessoal), na própria cidade ou outras Delegacias.

8.13. Ficam estabelecidas 4 (quatro) horas extras normais, 1 hora noturna e de 2 (duas) viagens por mês.

8.14. A pernoite deve sempre ser precedida de solicitação da CONTRATANTE à CONTRATADA, preferencialmente por e-mail, para formalização do pagamento **antecipado** da pecúnia ao funcionário.

8.15. O valor da **Ajuda de Custo** não irá integrar a remuneração em qualquer hipótese.

8.16. Quando da necessidade de se deslocar a serviço, da localidade do posto de serviço para outro ponto do território nacional, dependendo da conveniência e das necessidades da Administração, fará jus à percepção do valor por pernoite.

8.17. Por ser item integrante da Planilha de Custo e Formação de Preços, o montante estimado de horas-extras será computado no valor do contrato, porém, mensalmente, caberá ao fiscal do contrato verificar os valores relativos às horas-extras trabalhadas que deverão ser pagas, bem como consignar as horas-extras que excederem essa estimativa.

8.18. Os valores a serem pagos a título de diárias devem ser previstos em aba apartada da Planilha de Custo e Formação de Preços, tendo em vista que só serão pagos quando da ocorrência de viagens, estimadas em 2 por mês.

8.19. Baseado na estimativa **obtida através da média de valores** das pesquisas constantes do documento 25945220, das despesas com hospedagem mais alimentação nas cidades de Guairá, Cascavel e Curitiba, para onde ocorrem a maioria dos deslocamentos, **o valor pago ao funcionário para custear os gastos com sua viagem** será de R\$ 173,98 por dia. Com a inclusão dos impostos, o valor total a ser pago a título de diárias será de R\$ 188,39 por dia, inclusive com direito a meia diária.

8.20. O pagamento de diárias se faz necessário em virtude da Delegacia da Polícia Federal de Foz do Iguaçu/PR ser a Unidade Gestora das Delegacias de Guairá e Cascavel, demandando deslocamentos frequentes entre as unidades, inclusive para levar e trazer veículos oficiais e apreendidos, além de matérias e equipamentos. Além disso, por ser hierarquicamente subordinada a Superintendência da Polícia Federal em Curitiba/PR e a Sede da Polícia Federal em Brasília, eventualmente, faz-se necessários deslocamentos a estes órgãos para transporte de veículos, materiais e equipamentos.

9. DO USO DE UNIFORMES, CRACHÁS E PONTO BIOMÉTRICO

9.1. Quanto ao uso do **crachá**, há normativo disciplinando a obrigatoriedade do uso para todos que permanecerem nas dependências da PF, qual seja: [IN 29/2010-DG/DPF](#).

9.2. Quanto ao uso de uniforme para funcionários terceirizados, observado o [§ 2º, I, do art. 458 da CLT](#), esta decisão é discricionária da Administração, não sendo abarcada em nenhum normativo interno da PF. Esta Equipe definiu que o funcionário deve executar suas atribuições uniformizado de acordo com o serviço a ser desenvolvido no dia.

9.3. A CONTRATADA deverá fornecer uniforme aos colaboradores, sem ônus a estes, e apresentará ao gestor/fiscal os comprovantes de entrega do material. A DPF/FIG/PR terá o direito de exigir a substituição daqueles julgados inadequados, observadas as especificações da composição dos jogos completos de uniforme.

9.4. Os uniformes deverão ser condizentes com as atividades a serem desenvolvidas e com as condições climáticas, compreendendo peças para todas as estações climáticas, bem como tipo de serviço executado. Outro aspecto importante registrar que deverá estar de acordo com o tamanho das medidas antropométricas do usuário, tais como altura, circunferência de cintura, quadril entre outras medidas.

10. ESTIMATIVA DE QUANTIDADE

10.1. O quantitativo para atendimento da demanda em questão é de 01 (um) motorista.

11. ESTIMATIVA DE PREÇO

11.1. A fim de realizar a pesquisa de preços de acordo com a IN 73/2020-MPDG, adotar-se-á, além das conformidades definidas pela [IN 05/2017-MPOG](#), os parâmetros esmiuçados na Planilha de Custos e Formação de Preços 25066936, anexa a este ETP.

11.2. A estimativa de preços será formada por índices fixados, especialmente para as rubricas das verbas trabalhistas, com fulcro na Planilha supracitada, combinada com as pesquisas a seguir:

11.2.1. **Salário base:**

I - Obtida a Convenção Coletiva de Trabalho 2022/2023 disponível no [site](#) do Sindicato dos Transportadores Rodoviários de Foz do Iguaçu e Região (SINDIFOZ), conforme segue:

CLÁUSULA 4ª - PISOS SALARIAIS: Ficam asseguradas aos empregados exercentes das funções abaixo relacionadas, os respectivos pisos salariais, observada a regra da Cláusula 3ª:

FUNÇÕES	01/05/2022	01/07/2022	01/09/2022
Motorista Carreteiro (acima de 7 eixos)	R\$ 2.976,79	R\$ 3.089,68	R\$ 3.174,36

Fonte: <http://www.sindifoz.com.br/> (acesso em 15/09/2022).

II - Para evidenciar o mercado de trabalho para as vagas a serem preenchidas também foi verificado o Cadastro Geral de Empregados e Desempregados do Ministério do Trabalho e Emprego (CAGED/MTE), por categoria do posto previsto, conforme respectivo CBO. Este Cadastro serve, também, como base para a elaboração de estudos, pesquisas, projetos e programas ligados ao mercado de trabalho, ao mesmo tempo em que subsidia a tomada de decisões para ações governamentais. Em pesquisa realizada no NOVO CAGED, extrai-se do [Painel de Informações da RAIS](#) com a divulgação de ano-base ainda de 2020, para a região de Foz do Iguaçu, os seguintes dados:

[Voltar ao relatório](#)

Grande Grupamento	Estoque	Celetista	Estatutário	Remuneração Média
☐ Serviços	16.766	15.054	1.712	\$2.243,81
☐ Alojamento e alimentação	4.297	4.297		\$1.791,19
☐ Informação, comunicação e atividades financeiras, imobiliárias, profissionais e administrativas	4.202	4.202		\$2.005,77
☐ Administração pública, defesa, seguridade social, educação, saúde humana e serviços sociais	4.905	3.193	1.712	\$2.633,81
☐ Transporte, armazenagem e correio	2.283	2.283		\$2.545,67
☐ Transporte, Armazenagem e Correio	2.283	2.283		\$2.545,67
☐ Transporte Terrestre	1.638	1.638		\$2.528,70
☐ Transporte Rodoviário de Carga	1.278	1.278		\$2.538,65
☐ Transporte Rodoviário de Carga	1.278	1.278		\$2.538,65
☐ Transporte Rodoviário de Passageiros	360	360		\$2.488,51
☐ Armazenamento e Atividades Auxiliares dos Transportes	264	264		\$1.932,17
☐ Transporte Aéreo	168	168		\$2.904,49
☐ Correio e Outras Atividades de Entrega	133	133		\$3.189,40
☐ Transporte Aquaviário	80	80		\$3.065,79
☐ Outros serviços	1.079	1.079		\$2.291,79
☐ Comércio	10.996	10.996		\$1.910,86
☐ Indústria	1.547	1.547		\$4.617,67
☐ Construção	1.313	1.313		\$2.262,99
☐ Agropecuária	57	57		\$2.084,69
Total	30.679	28.967	1.712	\$2.248,72

Fonte: [Painel de Informações da RAIS \(CAGED\)](#), 2020, nível ocupacional (acesso em 15/09/2022).

III - Por fim, foi realizada pesquisa no sítio [salário.com.br](#) o qual consolida salários de todas as profissões, cargos, remunerações, estatísticas junto a **dados oficiais divulgados do Novo CAGED, eSocial e Empregador Web pela Secretaria da Previdência e Trabalho do Ministério da Economia (antigo MTE)** de profissionais admitidos e desligados oficialmente pelas empresas.

Os levantamentos acima levam em consideração somente o **salário base** dos empregados registrado em carteira e no contrato de trabalho, não entrando no cálculo nenhum adicional salarial como bônus, comissões, horas extras, adicional noturno, periculosidade ou insalubridade.

Os dados obtidos foram:

Motorista Carreteiro - Salário 2022 - Foz do Iguaçu, PR - Mercado de Trabalho

CBO: 7825-10

Um **Motorista Carreteiro** trabalhando na cidade de **Foz do Iguaçu, PR** ganha entre **R\$ 2.464,77** (média do piso salarial 2022 de acordos, convenções coletivas e dissídios) e o teto salarial de **R\$ 3.298,58**, sendo que a média salarial fica em **R\$ 2.533,97** para uma jornada de trabalho de 44 horas semanais.

Anúncios Google

Não exibir mais este anúncio

Anúncio? Por quê? ⓘ

O cargo de Motorista Carreteiro CBO 7825-10 trabalhando em Foz do Iguaçu, tem um **perfil profissional** médio de um trabalhador com **35 anos, ensino médio completo, do sexo masculino** que **trabalha 44h por semana** em empresas que atuam no segmento de **Transporte rodoviário de carga, exceto produtos perigosos e mudanças, intermunicipal, interestadual e internacional**.

Esses dados são de acordo com pesquisa do Salario.com.br junto a **dados oficiais divulgados do Novo CAGED, eSocial e Empregador Web pela Secretaria da Previdência e Trabalho do Ministério da Economia (antigo MTE)** com uma amostragem de 1.703 salários de profissionais admitidos e desligados oficialmente pelas empresas.

O levantamento leva em consideração somente o **salário base de Motorista Carreteiro**, não entram no cálculo nenhum adicional salarial como bônus, comissões, horas extras, adicional noturno, periculosidade, insalubridade nem nada do tipo. Somente o salário bruto registrado em carteira e no contrato de trabalho entram na amostragem.

Fonte: [www.salario.com.br](#) (acesso em 15/09/2022).

11.2.1.1. A Portaria-TCU nº 444, de 28 de dezembro de 2018, que dispõe sobre o processo de contratação de serviços, no âmbito da Secretaria do Tribunal de Contas da União (TCU), admite dispositivo que prevê salários fixados pela Administração em valores superiores aos fixados em acordos e convenções coletivas:

Art. 9º A estimativa de preços para contratação de serviços com dedicação exclusiva de mão de obra será elaborada com base em planilha analítica de composição de custos e formação de preços da mão de obra e de insumos e observará os seguintes critérios para obtenção dos valores de referência:

I - os salários dos empregados terceirizados serão fixados com base em acordo, convenção coletiva de trabalho ou sentença normativa proferida em dissídio coletivo da categoria profissional pertinente ou em lei;

II - havendo mais de uma categoria em uma mesma contratação, os salários serão fixados com base no acordo, na convenção coletiva de trabalho ou na sentença normativa proferida em dissídio coletivo ou em lei, concernente a cada categoria profissional;

III - não havendo salário definido em acordo, convenção coletiva de trabalho ou sentença normativa proferida em dissídio coletivo ou em lei, o salário deverá ser fixado com base em preços médios obtidos em pesquisa de mercado, em fontes especializadas, em empresas privadas do ramo pertinente ao objeto licitado ou em órgãos públicos e entidades;

IV - os encargos sociais e tributos deverão ser fixados de acordo com as leis específicas;

V - os valores dos insumos de serviços serão apurados com base em pesquisa de preços, na forma do art. 10 desta Portaria; e

VI - os insumos de mão de obra deverão observar acordo, convenção coletiva de trabalho ou sentença normativa proferida em dissídio coletivo ou em lei, com exceção dos uniformes, que deverão ser apurados com base em pesquisa de preços, na forma do art. 11 desta Portaria.

§1º Por razões de ordem técnica, devidamente justificadas, os salários poderão ser fixados pela Administração em valores superiores aos fixados em acordos, convenções coletivas de trabalho ou sentença normativa proferida em dissídio coletivo ou em lei.

11.2.1.2. Em virtude da diferença verificada entre os pisos salariais dos Acordos de Convenção, sites especializados e os valores médios constantes da base CAGED para a região de Foz do Iguaçu/PR e visando a definição do salário base que melhor represente o posto de serviço a ser preenchido, considerando suas peculiaridades, foi realizada pelo Grupo de Trabalho deste estudo técnico preliminar a obtenção da média entre:

- a) salário médio de admissão gerados pela consulta à base de dados do Ministério do Trabalho e Emprego, no Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (CAGED);
- b) salário médio gerado pela consulta no site especializado salario.com.br; e
- c) salário base das Convenções Coletiva de Trabalho 2022/2023;

11.2.1.3. O Quadro a seguir demonstra a metodologia empregada e a média obtida:

Posto de Serviço	Código CBO	Piso salarial CCT	Salário Médio (Base RAIS)	Salário Médio (salário.com.br)
Motorista	7825-10	R\$ 3.174,36	R\$ 2.538,65	R\$ 2.533,97

11.2.1.4. Vale sublinhar que a presente metodologia que estabelece a média dos valores tendo como referências as bases de dados do Piso salarial do CCT, Relação Anual de Informações Sociais (RAIS/MTE) e Salário Médio (salário.com.br), serve de medida para identificação das variações salariais existentes.

11.2.1.5. Optou-se por utilizar o salário base definido pela Convenção Coletiva de Trabalho, tendo em vista que a média obtida é inferior ao valor percebido atualmente pelo prestador de serviços de motorista nesta DPF/FIG/PR, além de considerar diversidade de atividades a serem desenvolvidas pelo mesmo, já que trata-se de MOTORISTA CARRETEIRO (ACIMA DE 7 EIXOS).

11.2.1.6. Logo, conforme definido neste ETP, o salário base do profissional, conforme descrito, não poderá ser inferior ao estabelecido no quadro abaixo:

Posto	CBO	Salário Base ETP
Motorista	7825-10	R\$ 3.174,36

11.2.2. **Adicional de Periculosidade:**

11.2.2.1. Com base no Laudo Técnico de Avaliação Ambiental 26/2017 (25025610), o prestador de serviço fará jus ao recebimento de Adicional de Periculosidade.

11.2.3. **Vale alimentação:**

11.2.3.1. Benefício da CCT **25025639**

Benefício	Valor Mensal	Base-legal
Vale Alimentação	R\$ 308,67	Cláusula Décima Quinta

11.2.4. **Vale Transporte:**

11.2.4.1. Serão considerados na formação de preços os seguintes valores de Vale-Transporte:

Benefício	Valor Diário	Base-legal
Vale Transporte	R\$ 4,50	Cláusula Vigésima Sétima

11.2.5. **Insumos:**

11.2.5.1. Foi realizada pesquisa de preços através do Pannel de Preços, através do CATMAT de cada material, preferencialmente no exercício de 2022, apuradas as seguintes médias:

UNIFORMES				
Discriminação dos Materiais	CATMAT	Valor Un.	Quantidade	Valor Total
Jaqueta/Blazer	265926	R\$ 122,30	1	R\$ 122,30
Calça social	151064	R\$ 62,37	2	R\$ 124,74
Camisa social	150284	R\$ 42,44	2	R\$ 84,88
Camiseta	444178	R\$ 15,30	2	R\$ 30,60
Sapato social	345896/384197	R\$ 108,75	1	R\$ 108,75
Meias sociais	446321	R\$ 9,67	5	R\$ 48,35
Cinto	4057	R\$ 35,50	1	R\$ 35,50
TOTAL				R\$ 555,12

Fonte: Relatório resumido - Anexo SEI 25066936

11.2.6. **Custos Indiretos:**

11.2.6.1. Buscando-se afastar novo contrato que venha a comprovar sua inexistência, além dos preços praticados nas contratações da Administração Pública, é fundamental uma ponderação maior com o mercado regional e outros dados praticados no mercado financeiro.

11.2.6.2. Assim, optou-se por utilizar como parâmetro o [inciso I \(Pannel de Preços\) do Art. 5º da IN 73/2020](#) para obtenção de preços aproximados do mercado e atraentes para as empresas locais. Frisa-se que os valores obtidos referem-se à média do valor de contratação de motorista, sem especificar a atuação, sendo, portanto, necessário considerar que o objetivo do presente processo é a contratação de MOTORISTA CARRETEIRO (ACIMA DE 07 EIXOS).

11.2.6.3. Verificou-se que a média obtida é inferior ao custo estimado para a contratação apurado na Planilha de Custos e Formação de Preços 25733132, no entanto, como a pesquisa do Pannel de Preços não especifica a categoria da habilitação exigida para os motoristas contratados e o objeto deste processo é a contratação de MOTORISTA CARRETEIRO (7 EIXOS OU MAIS), que possui custo mais elevado do que as prestações de serviços mais comuns, de motoristas de carros de passeio, esta Equipe de Planejamento da Contratação considerou o valor estimado razoável.

11.2.6.4. Para dados coletados do Pannel de Preços, utilizando-se filtro para contratações realizadas na região Sul, extraímos o seguinte:

IDENTIFICAÇÃO DA COMPRA	NÚMERO DO ITEM	MODALIDADE	VALOR UNITÁRIO	UASG	MÉDIA
07/2021	38	PREGÃO	R\$3.939,42	170156 - SUP. REGIONAL RECEITA FEDERAL 9A.RF/PR	R\$ 6.274,47
07/2021	24	PREGÃO	R\$4.363,49	170156 - SUP. REGIONAL RECEITA FEDERAL 9A.RF/PR	
07/2021	10	PREGÃO	R\$4.781,25	170156 - SUP. REGIONAL RECEITA FEDERAL 9A.RF/PR	
15/2022	19	PREGÃO	R\$7.549,66	158127 - INST.FEDERAL DE EDUC.,CIENC.E TEC.FARROUPILHA	
15/2021	05	PREGÃO	R\$8.206,45	158127 - INST.FEDERAL DE EDUC.,CIENC.E TEC.FARROUPILHA	
15/2022	09	PREGÃO	R\$9.936,48	158127 - INST.FEDERAL DE EDUC.,CIENC.E TEC.FARROUPILHA	
06/2022	03	PREGÃO	R\$5.144,55	200370 - SUPERINTENDÊNCIA DA POLÍCIA FEDERAL EM SANTA CATARINA	

Ano: 2022; CATSER: 15008; Consulta em 19/09/2022.

¹A dispersão adotada considerou o elevado número de contratações que não apresentam o real valor unitário (qtd. func. x meses).

²Valor total adequado pelo real valor unitário (total ÷ nº colaboradores).

³Excluídos valores simbólicos, objetivamente inexequíveis e excessivamente elevados.

11.3. **DO PREÇO TOTAL ESTIMADO**

11.3.1. Considerando a soma de todos os dados das pesquisas de preços realizadas neste tópico para a prestação do serviço a ser contratado, utilizando-se a Planilha constante no anexo SEI 25733132 para estabelecer o valor total estimado da contratação, chega-se ao seguinte resumo:

Item	Tipo de Serviço	Localidade	Valor Unitário do Item [A]	Qtde postos [B]	Valor Mensal [C = A x B]	Qtde Item (meses) [D]	TOT
1	Motorista carreteiro (acima de 07 eixos)	Foz do Iguaçu/PR	R\$ 9.272,23	01	R\$ 9.272,23	24	R\$ 22
2	Despesa com viagens (estimadas em 02 por mês)		R\$ 188,39	02	R\$ 376,78	24	R\$ 9.
TOTAL:							R\$ 22

12. **JUSTIFICATIVA DA ESCOLHA DO TIPO DE SOLUÇÃO A CONTRATAR**

12.1. O serviço a ser contratado é de natureza contínua, em conformidade com entendimento constante no Manual de Licitações e Contratos do Tribunal de Contas da União: “Serviços de natureza contínua são serviços auxiliares e necessários à Administração no desempenho das respectivas atribuições. São exemplos de serviços de natureza contínua: vigilância, limpeza e conservação, manutenção elétrica, manutenção de elevadores, manutenção de veículos etc.” Além da perenidade dos serviços, caracteriza-se pela essencialidade e necessidade de extensão maior do que um exercício financeiro.

12.2. Considerando a necessidade da Administração, a análise do mercado aponta como melhor solução a contratação de empresa prestadora de serviço terceirizado, dado que as atividades que se busca contratar são de caráter acessório e, por isso, preferencialmente objeto de execução indireta.

12.3. Ainda que assim não fosse, a realização de concurso para provimento de servidores foge à alçada da unidade e seria, de todo modo, antieconômica e ineficiente pois desviaria servidores de suas atribuições originais. Pelo exposto, justifica-se a contratação como a solução mais eficiente e eficaz para a demanda da Administração.

12.4. Quanto à escolha da vigência do contrato, cabe mencionar que o TCU flexibilizou o entendimento de que os contratos de serviços continuados devem ter seu prazo inicial fixado em 12 meses, podendo a autoridade justificar a vantajosidade de um prazo inicial maior. Veja-se o seguinte trecho do Acórdão nº 1214/2013-Plenário:

"Considerando que a legislação não determina expressamente que esse tipo de contrato deve ter prazo inicial de vigência de 12 meses, levando em conta os aspectos mencionados nos parágrafos anteriores, entendo que não se deva fixar uma orientação geral de que a administração deve ou não fazer contratos para prestação de serviços continuados com prazo de 12, 24 ou 60 meses. É uma avaliação que deve ser feita a cada caso concreto, tendo em conta as características específicas daquela contratação. Cabe à administração justificar no procedimento administrativo o porquê da escolha de um ou outro prazo, levando-se em conta os aspectos aqui discutidos e outros porventura pertinentes para aquele tipo de serviço".

12.5. Ainda sobre a vigência do Termo de Contrato de prestação de serviços contínuos, deve-se lembrar que pode ultrapassar o exercício financeiro.

12.6. Sendo assim, **sugere-se um contrato inicial de 24 meses para facilitar a fiscalização dos serviços**, em especial os anuais e semestrais, economia processual, atratividade para as empresas disputarem o certame, maior prazo para adequação dos serviços intencionando manutenção da mesma empresa pelo prazo máximo de 60 meses, já que trata-se de órgão de segurança pública e é recomendado que os funcionários permaneçam nas atividades evitando alta rotatividade.

12.7. **DA ESCOLHA DO PAGAMENTO (ART. 18 DA IN 5/2017-MPDG)**

12.7.1. Para os serviços com regime de dedicação exclusiva de mão de obra, diante do risco de descumprimento das obrigações trabalhistas, previdenciárias e com FGTS da contratada, adotar-se-á:

I - Conta-Depósito Vinculada — bloqueada para movimentação, conforme disposto em Caderno de Logística, elaborado pela Secretaria de Gestão do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão; **ou**

II - Pagamento pelo Fato Gerador, conforme disposto em Caderno de Logística, elaborado pela Secretaria de Gestão do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão.

12.7.2. O governo federal deve priorizar o pagamento pelo resultado e se preocupa com a alocação eficiente de recursos públicos, de forma que os encargos assumidos pela Administração, enquanto contratante, sejam mensurados por meio de modelos de medição de resultados mais efetivos, com fixação de parâmetros e critérios para a avaliação e melhoria da qualidade da prestação de serviços sob o regime de execução indireta.

12.7.3. Assim, tendo em vista que trata-se da contratação de um único posto de serviço terceirizado através do presente processo, o pagamento através de Conta-Depósito Vinculada apresenta visão de melhor aproveitamento dos recursos públicos e da utilização lógica do orçamento que é distribuído à unidade, concomitante com experiências de sucesso na utilização do pagamento na gestão de outros contratos firmados pela DPF/FIG/PR.

12.7.4. Diante de todo o exposto, **declaramos o modelo de pagamento por Conta-Depósito Vinculada** o mais adequado para esta contratação e este somente será afastado mediante manifestação do ordenador de despesas.

13. **JUSTIFICATIVA PARA O NÃO PARCELAMENTO DA SOLUÇÃO**

13.1. Não se justifica parcelamento da solução, tendo em vista tratar-se da contratação de apenas um posto de serviço.

14. **DEMONSTRATIVO DE RESULTADOS PRETENDIDOS**

14.1. O resultado pretendido com a futura contratação é que não haja interrupção dos serviços de motorista, de modo que possa prejudicar ou comprometer as atividades meio e fim da Polícia Federal;

14.2. Garantir o suporte às atividades finalísticas da Polícia Federal em Foz do Iguaçu/PR;

14.3. A contratação destes serviços também ocasionará um melhor aproveitamento dos recursos humanos deste órgão, notadamente no que se refere a policiais que serão liberados para as atividades fim, e servidores administrativos que poderão se dedicar a atividades administrativas de cunho mais especializado.

14.4. Com a nova licitação, também se pretende oportunizar às empresas nova disputa de oferta, possibilitando maior economia para a Administração.

15. **PROVIDÊNCIAS PARA ADEQUAÇÃO DO AMBIENTE DO ÓRGÃO**

15.1. Destaca-se que diante do teor da [NR nº 24 do MTE](#), que disciplina as condições de higiene e conforto nos locais de trabalho, todos os locais de serviço nas dependências da Delegacia de Polícia Federal em Foz do Iguaçu/PR encontram-se de acordo com a legislação vigente.

15.2. Diante de todo o exposto, **declaramos que não há providências a serem tomadas.**

16. DA SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL

16.1. O serviço a ser contratado possui critérios e práticas de sustentabilidade em relação aos materiais, bem como previsão da adequada execução a fim de atender às demandas sem infringir a legislação ambiental aplicável.

16.2. O conteúdo dessa matéria também estabelece ações ambientais, visto que a IN nº 05/2017- SEGES/MPDG exige, na contratação em tela, a observância de exigências de sustentabilidade ambiental na execução do serviço, o que será feito por treinamento de empregados da CONTRATADA, por conscientização de todos os envolvidos, ou por meios de ações concretas apontadas especialmente nas especificações técnicas dos serviços e obrigações da CONTRATADA e CONTRATANTE.

16.3. As boas práticas de otimização de recursos, redução de desperdícios e menor poluição se pautam por pressupostos que deverão ser observados tanto pela CONTRATADA como pela CONTRATANTE, a saber:

- 16.3.1. racionalização/economia no consumo de energia (especialmente elétrica) e água;
- 16.3.2. treinamento/capacitação periódica dos empregados sobre boas práticas de redução de desperdícios/poluição;
- 16.3.3. aquisição de materiais em conformidade com a Legislação Ambiental vigente.

16.4. Para tanto, utiliza-se critérios e práticas de sustentabilidade do Guia Nacional de Licitações Sustentáveis da Advocacia-Geral da União, sem prejuízo das demais normas incidentes sobre o tema.

17. DA DECLARAÇÃO DE VIABILIDADE DA CONTRATAÇÃO

17.1. O presente planejamento foi elaborado em harmonia com a Instrução Normativa nº 05/2017-SEGES/MPDG, bem como em conformidade com os requisitos técnicos necessários ao cumprimento das necessidades e objeto da contratação.

17.2. O presente planejamento atende adequadamente às demandas de negócio formuladas, assim como os benefícios pretendidos são adequados, os custos previstos são compatíveis e caracterizam a economicidade, os riscos envolvidos são administráveis e a área requisitante priorizará o fornecimento de todos os elementos, aqui relacionados, necessários à consecução dos benefícios pretendidos.

17.3. Assim, **declaramos a viabilidade da contratação**, e recomendamos a contratação na forma proposta, condicionado à manifestação da Autoridade Competente quanto à disponibilidade orçamentária.



Documento assinado eletronicamente por **PAULO SILVIO ROMUALDO DA SILVA**, Escrivão(ã) de Polícia Federal, em 17/02/2023, às 19:07, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.dpf.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **27287346** e o código CRC **3BB88073**.